

PROJETO ABRIGANDO A CIDADANIA

Coordenador: LUIZA HELENA MALTA MOLL

O SAJU é um programa de extensão da Faculdade de Direito da UFRGS, voltado para a promoção e efetivação dos direitos humanos, da cidadania plena e do acesso à justiça. Fundado no ano de 1950, envolve estudantes, professores e advogados, estes distribuídos em quatro diferentes projetos articulados entre si. Um desses projetos é o Projeto Abrigando a Cidadania, realizado, desde 2002, em parceria pelo GAP (Grupo de Assessoria Popular) e pela organização não-governamental COHRE (Centro pelo Direito à Moradia Contra Despejos). O projeto envolve a capacitação da população moradora de áreas urbanas de ocupação irregular consolidada, de operadores do processo de regularização fundiária e de integrantes de movimentos sociais acerca dos direitos à moradia e suas respectivas garantias. O trabalho visa uma troca de conhecimentos com o público-alvo, através de metodologias da assessoria jurídica popular, constituindo esta uma proposta inovadora de extensão universitária em Direito. A integração proporcionada, principalmente, por intermédio de oficinas tem como objetivo, a partir de um grande processo de discussão, desenvolver conjuntamente soluções que impulsionem a reforma urbana. Dessa forma pode-se falar em efetivação dos direitos à moradia adequada e à cidade sustentável. A justificativa para a atuação do grupo é efetivar os direitos e garantias expressas em nossa ordem jurídica, levando de encontro a enorme diferença que existe entre a realidade das cidades brasileiras e o que está no ordenamento jurídico. Nos dias de hoje, encontramos em nossas cidades o que chamamos de crise de moradia, representada pela: ilegalidade urbana, exclusão social, concentração de terras, despejos forçados, conflitos urbanos. E do outro lado encontramos a ordem jurídica expressa das mais diferentes formas (na Constituição Federal, em tratados e convenções internacionais, no Estatuto das Cidades, em planos diretores, etc.) que garantem alguns direitos básicos referentes à moradia como: direito à moradia e à cidade, função social da propriedade, reforma urbana, entre outros. O objetivo primordial do Projeto Abrigando a Cidadania é de, através de um debate entre os agentes diretos do processo de regularização fundiária (população moradora de áreas urbanas de ocupação irregular consolidada; de operadores do processo de regularização fundiária e das políticas públicas urbanísticas; integrantes de movimentos sociais), universidade e sociedade civil organizada, propiciar o desenvolvimento de soluções que impulsionem a reforma urbana, efetivando os direitos humanos à moradia adequada e à cidade sustentável. Como outros objetivos do projeto encontram-se:

desenvolver, a partir de um grupo de estudantes da graduação, capacitações em comunidades de baixa renda de Porto Alegre e Região Metropolitana; debater e propor soluções para os problemas habitacionais dos moradores de áreas irregulares, baseando-se em legislação (nacional e internacional), políticas públicas e jurisprudência existente; disseminar informações relativas à legislação sobre o assunto (Estatuto das Cidades, Plano Diretor, etc.) e aos instrumentos de promoção, efetivação e garantia do direito à moradia e do direito à cidade em vilas e favelas (reduzindo o descaso social com tal população); capacitar moradores e lideranças comunitárias acerca de todo o processo de regularização fundiária, para que se tornem atores ativos desse processo; e, fortalecer e amparar entidades e lideranças comunitárias para a atuação na defesa e garantia do acesso à terra e à moradia adequada. A forma de colocar em prática o projeto se dá através da metodologia da assessoria jurídica popular, sendo esta uma proposta inovadora da extensão jurídica universitária em Direito. Essa metodologia busca interagir com as comunidades através de oficinas de capacitação, dinâmicas interativas como troca de saberes, aproximando a equipe executora e a comunidade, formulação de estratégias com a comunidade para o enfrentamento de problemas locais e problemas referente ao processo de regularização fundiária. As oficinas do grupo procuram abordar alguns temas desde o conceito do direito à moradia até o acesso à justiça e órgãos públicos, passando por definições importantes como o conceito de regularização fundiária e suas etapas, a função social da propriedade, entre outros pontos. O Projeto tem como resultados: formação de juristas comprometidos socialmente; reflexo no ensino e na pesquisa do tema na UFRGS; redes de troca de experiências estabelecidas com comunidades de baixa renda, movimentos sociais, entidades representativas e organizações não governamentais; formação e conhecimento de lideranças comunitárias multiplicadoras de conhecimento; processos de mobilização de comunidades desencadeados. Apegando-se ao último ponto, cito a comunidade da Vila São Pedro que após algumas capacitações e diálogos com a comunidade, visando garantir o direito à moradia e à cidade, entrou-se com uma ação judicial de Concessão Especial para fins de Moradia Coletiva (ação pioneira em Porto Alegre). Portanto, o Projeto Abrigando a Cidadania, vinculado ao SAJU, tem por objetivo a efetivação dos direitos humanos à moradia adequada e à cidade sustentável e o vem implementando através de capacitações com a comunidade.